

Regulamento Municipal n.º 223/2016, publicado no n.º 46 da 2.ª série do *Diário da República* de 7 de março de 2016 — que regula o serviço de saneamento de águas residuais urbanas;

Regulamento Municipal n.º 220/2016, publicado no n.º 45 da 2.ª série do *Diário da República* de 4 de março de 2016 — que regula o serviço de abastecimento público de água;

14.1.4 — A avaliação psicológica (AP), visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológicas, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

14.1.5 — A entrevista de avaliação de competências (EAC), com duração máxima de 30 minutos, visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

14.1.6 — Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório pela ordem enunciada.

14.1.7 — É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhe sendo aplicado o método seguinte, bem como a falta de comparência do candidato a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do concurso.

15 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto do artigo 35 das Portarias n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

16 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

17 — Lista Unitária de Ordenação Final, a lista unitária de ordenação final, após homologação, é fixada em local visível e público da Câmara Municipal de Melgaço, disponibilizada na sua página eletrónica www.cm-melgaço.pt, sendo ainda notificada aos candidatos através de ofício registado.

18 — Composição do júri:

Presidente: Carlos Humberto Gonçalves, Chefe da Divisão de Obras e Serviço Urbanos;

Vogais efetivos: Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas, Técnico Superior do Ambiente, Elisabete de Lourdes Domingues, Técnico Superior de Recursos Humanos,

Vogais suplentes: Sílvia de Araújo Fernandes, Técnico Superior de Engenharia Civil, Ernesto Pedro Ferreira da Cruz Técnico Superior de Engenharia Civil

18.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo.

19 — Quotas de emprego: nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

20 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara, *Manoel Batista Calçada Pombal*.

311373659

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA

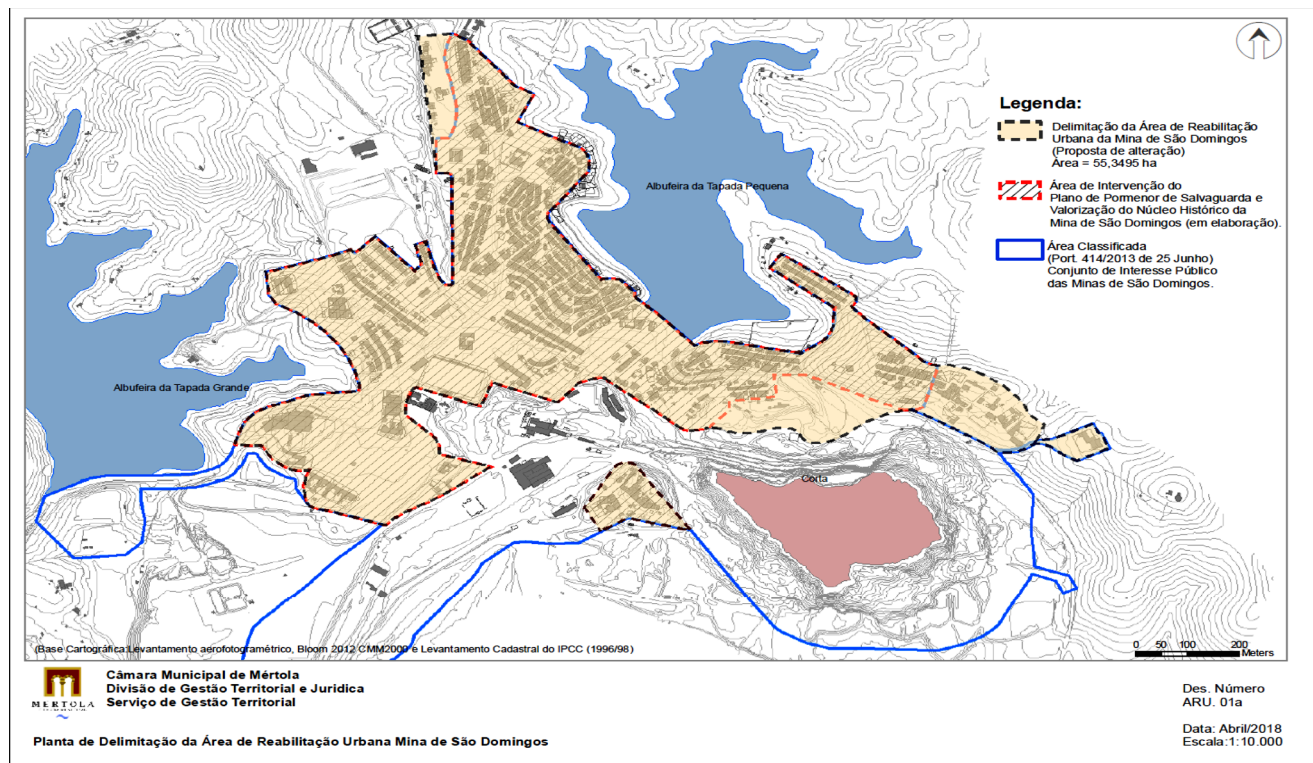
Aviso n.º 7711/2018

Delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a Mina de S. Domingos

Jorge Paulo Colaço Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Mértola: Torna público, que a Assembleia Municipal de Mértola em sessão realizada no dia 30 de abril de 2018, deliberou nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e sob proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 18 de abril de 2018, por unanimidade, aprovar a delimitação da área de reabilitação urbana para a Mina de S. Domingos.

Para o efeito, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, os elementos que constituem o projeto e que integram a deliberação de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana, encontram-se disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal, em www.cm-mertola.pt e nas instalações do SGT (Serviço de Gestão Territorial) sitas na Rua da República, n.º 2, em Mértola.

14 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara da Câmara, *Jorge Paulo Colaço Rosa*.



311373318